ANO XXVI | Nº 3112

27 | OUTUBRO | 2026

IMPRENSA OFICIAL
do Município de Osasco

www.osasco.sp.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Procuradoria Geral do Município
Procuradoria de Assessoria Técnico-Legislativa

DECRETO N.º 15.306, DE 27 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R$ 939.576,00 (novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e setenta e seis reais), de acordo com o inc. I do § 1º do art. 4º da Lei nº 5.444, de 19 de dezembro de 2025, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

				Dotação
01.11	**SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS**			
01.11.001	**GABINETE DA SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS**			
01.11.001.04.122.0011.2.011	Manutenção de Equipamentos Públicos			
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01.110.0000	939.576,00	**411**
		TOTAL	**939.576,00**	

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

01.18	**ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**			
01.18.002	**RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTR**			
01.18.002.04.126.0002.2.007	Ampliação e Manutenção de Sistemas de Inteligência, Fiscalização e Tecnologia			
3.3.90.40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC/	01.110.0000	254.512,16	**1201**
01.17	**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**			
01.17.001	**GABINETE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS**			
01.17.001.18.541.0007.2.011	Manutenção de Equipamentos Públicos			
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01.110.0000	426.706,15	**715**
01.14	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**			
01.14.005	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**			
01.14.005.08.245.0018.2.016	Manutenção de Equipamentos Públicos - Proteção Especial			
3.3.50.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01.500.0000	258.357,69	**602**
		TOTAL	**939.576,00**	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 27 de outubro de 2026.

Gerson Pessoa
Prefeito

Regiane Santo Trevelato
Secretária de Finanças

Waldyr Ribeiro Filho
Secretário de Serviços e Obras

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria de Assessoria Técnico-Legislativa

DECRETO N.º 15.307, DE 27 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais), de acordo com o inc. I do § 1º do art. 4º da Lei nº 5.444, de 19 de dezembro de 2025, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

				Dotação
01.19	**SECRETARIA DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA**			
01.19.001	**GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E DA MOBILID**			
01.19.001.15.451.0013.2.011	Manutenção de Equipamentos Públicos			
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	01.110.0000	20.000,00	**773**
01.19	**SECRETARIA DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA**			
01.19.001	**GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E DA MOBILID**			
01.19.001.15.453.0013.2.010	Manutenção do Transporte Coletivo			
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01.110.0000	405.000,00	**780**
		TOTAL	**425.000,00**	

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

01.19	**SECRETARIA DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA**			
01.19.001	**GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E DA MOBILID**			
01.19.001.15.126.0013.2.007	Ampliação e Manutenção de Sistemas de Inteligência, Fiscalização e Tecnologia			
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01.110.0000	425.000,00	**768**
		TOTAL	**425.000,00**	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 27 de outubro de 2026.

Gerson Pessoa
Prefeito

Regiane Santo Trevelato
Secretária de Finanças

Claudenes Begnini
Secretária de Transportes e Mobilidade Urbana

Órgão Oficial criado pelo Decreto nº 8.607, de 04 de março de 1998 - Editado pela Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Osasco - Av. Lázaro de Mello Brandão, 300
CEP 06023-901 - Fone 3652 9520 IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS - e-mail: imprensa@osasco.sp.gov.br site: www.osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria de Assessoria Técnico-Legislativa

DECRETO N.º 15.308, DE 27 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R$ 753.760,08 (setecentos e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta reais e oito centavos), de acordo com o inc. I do § 1º do art. 4º da Lei nº 5.444, de 19 de dezembro de 2025, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

				Dotação
01.20	**SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO**			
01.20.001	**GABINETE DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URB**			
01.20.001.06.181.0006.2.011	Manutenção de Equipamentos Públicos			
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	01.110.0000	753.760,08	**801**
		TOTAL	**753.760,08**	

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

01.20	**SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO**			
01.20.001	**GABINETE DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URB**			
01.20.001.06.181.0006.2.011	Manutenção de Equipamentos Públicos			
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01.110.0000	753.760,08	**802**
		TOTAL	**753.760,08**	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 27 de outubro de 2026.

Gerson Pessoa
Prefeito

Regiane Santo Trevelato
Secretária de Finanças

José Virgolino de Oliveira
Secretário de Segurança e Controle Urbano

ATO DO PREFEITO

PROCESSO ADM Nº 936/2026

INTERESSADO: Prefeitura do Município de Osasco

ASSUNTO: Locação de Banheiros Químicos.

AP Nº 101/2026

DESPACHO

Considerando os elementos que constam do Processo Administrativo em referência, nos termos do parecer da Procuradoria Geral do Município às fls. 362/364, DECLARO FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 064/2026.

PUBLIQUE-SE, após encaminhe-se à PGM para as providências cabíveis.

Osasco, 27 de outubro de 2026.

GERSON PESSOA

- Prefeito –

RESUMO DAS PORTARIAS
27/10/2026

Gerson Pessoa, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1984/2026 - **DESIGNAR**, o(a) Senhor(a) **FÁBIO GOMES MARQUES, MATRÍCULA - 156335** para responder cumulativamente pelo cargo de **SUBSECRETÁRIA DO TESOURO MUNICIPAL** durante o período de **Férias** do(a) titular **CARINE DONIZETE SIMÕES DE OLIVEIRA,** matrícula **150053,** a partir de **27/10/2026** até **10/11/2026.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **27 de outubro** do ano em curso, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 5358/2026 - Autoriza o afastamento do(a) servidor(a) da Administração Direta, constante do anexo único desta Portaria, no período de 26/10/2026 a 29/10/2026, nos termos da Lei Complementar 180/2009, Art. 9º, § 2º. Anexo Único: **LUCIANO DE OLIVEIRA CAMANDONI** - Secretário de Governo. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **26 de outubro** do ano em curso, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria de Procedimentos Disciplinares

ATO DA PROCURADORA-CHEFE

Processo Administrativo nº 202602044694.
Revisão do P.A.D.

Versa o Pedido de Revisão interposto pelo Servidor de **Matrícula nº 175.475,** requerendo a nulidade da penalidade aplicada no processo administrativo disciplinar nº 202602029078, com fundamento no artigo 72 e seguintes, da Lei Complementar nº 138/05.

Desse modo, nos termos do artigo 3º, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar nº 133, de 22 de setembro de 2005, designo a **Dra. SUZANA AZENGO PONTES**, inscrita na OAB/SP nº 222.078, Procuradora Municipal/Presidente da Unidade Processante Revisora II, para análise do requerimento revisional e apresentar parecer no prazo de 60 (sessenta) dias.

Publique-se.

Osasco, 26 de outubro de 2026.

Nilza da Silva
Procuradoria de Procedimentos
Disciplinares
Procuradora-Chefe

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Assistência Social

Processo Digital nº 202602018203 - EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL 2026 - DEPUTADA FEDERAL RENATA ABREU - OSC: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE GOTAS DE AMOR - PROJETO: DA ARTE AO PERTENCER

Osasco, 26 de outubro de 2026.

INTERESSADO: Associação Beneficente Gotas de Amor

ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **Associação Beneficente Gotas de Amor**, inscrita no CNPJ nº 49.756.562/0001-59, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602018203. A parceria decorre da Emenda Parlamentar Federal Individual RP6 nº 202637460005, de autoria de Deputada Federal Renata Abreu, operacionalizada por meio da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260007, com valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), classificado em GND 3 - Custeio, e vinculada à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho apresentado prevê a execução de ações socioeducativas, artísticas, esportivas e de convivência destinadas a crianças e adolescentes, com oficinas e atividades coletivas voltadas ao fortalecimento de vínculos, à participação, ao pertencimento comunitário e ao desenvolvimento de potencialidades, em consonância com a oferta do SCFV. A proposta demonstra interesse público e compatibilidade com a finalidade institucional da entidade e com a destinação socioassistencial indicada na programação federal. A escolha da Associação Beneficente Gotas de Amor decorre, ainda, de sua identificação expressa como beneficiária da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260007 e da Emenda nº 202637460005, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602018203, entre o Município de Osasco e a Associação Beneficente Gotas de Amor, com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Federal nº 202637460005 na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Assistência Social

Processo Digital nº 202602018199 - EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL 2026 - DEPUTADA FEDERAL MARIA ROSAS - OSC: ATUS SOCIAL (ELLUS) - PROJETO: ATUS TRANSFORMANDO VIDAS

Osasco, 26 de outubro de 2026.

INTERESSADO: ATUS Social (ELLUS)

ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **ATUS Social (ELLUS)**, inscrita no CNPJ nº 09.428.792/0001-74, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602018199. A parceria decorre da Emenda Parlamentar Federal Individual RP6 nº 202641190005, de autoria de Deputada Federal Maria Rosas, operacionalizada por meio da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260005, com valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), classificado em GND 3 - Custeio, e vinculada à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho apresentado prevê a realização de ações socioeducativas, esportivas, culturais, recreativas e coletivas, com acompanhamento da participação dos usuários e estratégias de fortalecimento da convivência, dos vínculos familiares e comunitários, do protagonismo e do desenvolvimento humano, integradas à oferta do SCFV. A proposta demonstra interesse público e compatibilidade com a finalidade institucional da entidade e com a destinação socioassistencial indicada na programação federal. A escolha da ATUS Social (ELLUS) decorre, ainda, de sua identificação expressa como beneficiária da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260005 e da Emenda nº 202641190005, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602018199, entre o Município de Osasco e a ATUS Social (ELLUS), com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Federal nº 202641190005 na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Assistência Social

Processo Digital nº 202602018196 - EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL 2026 - DEPUTADA FEDERAL MARIA ROSAS - OSC: ASSOCIAÇÃO ANJOS DA GUARDA MIRIM DE OSASCO - PROJETO: MOBILIDADE QUE TRANSFORMA – ANJOS

Osasco, 26 de outubro de 2026.

INTERESSADO: Associação Anjos da Guarda Mirim de Osasco

ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **Associação Anjos da Guarda Mirim de Osasco**, inscrita no CNPJ nº 04.875.903/0001-77, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602018196. A parceria decorre da Emenda Parlamentar Federal Individual RP6 nº 202641190005, de autoria de Deputada Federal Maria Rosas, operacionalizada por meio da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260004, com valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), classificado em GND 4 - Investimento, e vinculada à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho apresentado prevê a aquisição de veículo automotor utilitário, carroceria tipo picape, destinado ao apoio das ações do SCFV, inclusive visitas domiciliares, acompanhamento sociofamiliar, atividades externas, articulação com a rede, deslocamento da equipe e transporte de materiais necessários às atividades do serviço. A proposta demonstra interesse público e compatibilidade com a finalidade institucional da entidade e com a destinação socioassistencial indicada na programação federal. A escolha da Associação Anjos da Guarda Mirim de Osasco decorre, ainda, de sua identificação expressa como beneficiária da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260004 e da Emenda nº 202641190005, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602018196, entre o Município de Osasco e a Associação Anjos da Guarda Mirim de Osasco, com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Federal nº 202641190005 na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Assistência Social

Processo Digital nº 202602018194 - EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL 2026 - DEPUTADO FEDERAL GILBERTO NASCIMENTO - OSC: INSTITUTO CAMINHOS CONTRA INJUSTIÇA - ICCI - PROJETO: BELEZA QUE TRANSFORMA

Osasco, 26 de outubro de 2026.

INTERESSADO: Instituto Caminhos Contra Injustiça - ICCI

ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **Instituto Caminhos Contra Injustiça - ICCI**, inscrita no CNPJ nº 30.527.194/0001-49, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602018194. A parceria decorre da Emenda Parlamentar Federal Individual RP6 nº 202615680001, de autoria de Deputado Federal Gilberto Nascimento, operacionalizada por meio da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260003, com valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), classificado em GND 3 - Custeio, e vinculada à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho apresentado prevê o desenvolvimento de oficinas socioeducativas de beleza e empreendedorismo, acompanhamento psicossocial e ações coletivas destinadas a adolescentes, estruturadas como estratégias de convivência, fortalecimento de vínculos, protagonismo, autonomia e participação social no âmbito do SCFV. A proposta demonstra interesse público e compatibilidade com a finalidade institucional da entidade e com a destinação socioassistencial indicada na programação federal. A escolha da Instituto Caminhos Contra Injustiça - ICCI decorre, ainda, de sua identificação expressa como beneficiária da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260003 e da Emenda nº 202615680001, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602018194, entre o Município de Osasco e a Instituto Caminhos Contra Injustiça - ICCI, com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Federal nº 202615680001 na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Assistência Social

Processo Digital nº 202602018191 - EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL 2026 - DEPUTADO FEDERAL DELEGADO PALUMBO - OSC: INSTITUTO SOPHIA VERCELLI - PROJETO: CINESCO COMPLEMENTAR: COMUNICAÇÃO, CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO FAMILIAR

Osasco, 26 de outubro de 2026.

INTERESSADO: Instituto Sophia Vercelli - Habilitação e Reabilitação Neurofuncional Atípico
ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **Instituto Sophia Vercelli - Habilitação e Reabilitação Neurofuncional Atípico**, inscrita no CNPJ nº 28.316.531/0001-07, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602018191. A parceria decorre da Emenda Parlamentar Federal Individual RP6 nº 202643490004, de autoria de Deputado Federal Delegado Palumbo, operacionalizada por meio da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260002, com valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), classificado em GND 3 - Custeio, e vinculada à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito da Proteção Social Básica.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho apresentado prevê a complementação técnica, psicossocial e material das ações coletivas do CINESCO, com supervisão técnica, coordenação, produção de recursos adaptados e de Comunicação Aumentativa e Alternativa e oficinas integrativas com crianças com deficiência e seus responsáveis, voltadas à convivência, participação, inclusão e fortalecimento familiar, sem configuração de atendimento clínico individual. A proposta demonstra interesse público e compatibilidade com a finalidade institucional da entidade e com a destinação socioassistencial indicada na programação federal. A escolha da Instituto Sophia Vercelli - Habilitação e Reabilitação Neurofuncional Atípico decorre, ainda, de sua identificação expressa como beneficiária da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260002 e da Emenda nº 202643490004, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602018191, entre o Município de Osasco e a Instituto Sophia Vercelli - Habilitação e Reabilitação Neurofuncional Atípico, com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Federal nº 202643490004 na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Assistência Social

Processo Digital nº 202602024077 - EMENDA PARLAMENTAR MUNICIPAL 2026 - INDIVIDUAL - VEREADOR BATISTA DA COMUNIDADE -
OSC: INSTITUTO MISSÃO URBANA - PROJETO: SONHANDO ALTO

Osasco, 27 de outubro de 2026.

INTERESSADO: Instituto Missão Urbana
ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **Instituto Missão Urbana**, inscrita no CNPJ nº 40.580.701/0001-61, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602024077. A parceria decorre de Emenda Parlamentar Municipal Individual de autoria de Vereador Batista da Comunidade, no valor de R$ 40.000,00, destinada à execução do projeto "Sonhando Alto", cujo objeto contempla ações socioeducativas, lúdicas, culturais e de convivência destinadas ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho e os elementos técnicos constantes do PAD relacionam a destinação parlamentar à execução de ações socioeducativas, lúdicas, culturais e de convivência destinadas ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A proposta evidencia interesse público e compatibilidade com a Política de Assistência Social e com a finalidade institucional da entidade. A escolha da **Instituto Missão Urbana** decorre de sua indicação como beneficiária da emenda parlamentar, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602024077, entre o Município de Osasco e a **Instituto Missão Urbana** com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Municipal na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

Processo Digital nº 202602017462 - EMENDA PARLAMENTAR MUNICIPAL 2026 - INDIVIDUAL - VEREADOR LAÉRCIO MENDONÇA -
OSC: ONG AMIGOS DA ESPERANÇA - PROJETO: OFICINA DE IDIOMAS

Osasco, 27 de outubro de 2026.

INTERESSADO: ONG Amigos da Esperança
ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **ONG Amigos da Esperança**, inscrita no CNPJ nº 27.516.466/0001-09, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602017462. A parceria decorre de Emenda Parlamentar Municipal Individual de autoria de Vereador Laércio Mendonça, no valor de R$ 120.000,00, destinada à execução do projeto "Oficina de Idiomas", cujo objeto contempla aquisição de veículo 0 km destinado ao apoio logístico das Oficinas de Idiomas, cursos profissionalizantes, atendimento psicológico e ações de apoio ao imigrante, incluindo deslocamentos da equipe, visitas, transporte de materiais e articulação com a rede.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho e os elementos técnicos constantes do PAD relacionam a destinação parlamentar à execução de aquisição de veículo 0 km destinado ao apoio logístico das Oficinas de Idiomas, cursos profissionalizantes, atendimento psicológico e ações de apoio ao imigrante, incluindo deslocamentos da equipe, visitas, transporte de materiais e articulação com a rede. A proposta evidencia interesse público e compatibilidade com a Política de Assistência Social e com a finalidade institucional da entidade. A escolha da **ONG Amigos da Esperança** decorre de sua indicação como beneficiária da emenda parlamentar, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602017462, entre o Município de Osasco e a **ONG Amigos da Esperança** com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Municipal na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

Processo Digital nº 202602017453 - EMENDA PARLAMENTAR MUNICIPAL 2026 - INDIVIDUAL - VEREADOR DÉLBIO TERUEL - OSC: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE OSASCO - ACIMO - PROJETO: MANUTENÇÃO DA SEDE

Osasco, 27 de outubro de 2026.

INTERESSADO: Associação Comunitária de Idosos do Município de Osasco - ACIMO

ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **Associação Comunitária de Idosos do Município de Osasco - ACIMO**, inscrita no CNPJ nº 57.383.531/0001-28, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602017453. A parceria decorre de Emenda Parlamentar Municipal Individual de autoria de Vereador Délbio Teruel, no valor de R$ 160.668,85, destinada à execução do projeto “Manutenção da Sede”, cujo objeto contempla adequação e manutenção da sede destinada ao atendimento da população no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, visando assegurar condições adequadas, seguras e acessíveis para a execução das atividades socioassistenciais.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho e os elementos técnicos constantes do PAD relacionam a destinação parlamentar à execução de adequação e manutenção da sede destinada ao atendimento da população no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, visando assegurar condições adequadas, seguras e acessíveis para a execução das atividades socioassistenciais. A proposta evidencia interesse público e compatibilidade com a Política de Assistência Social e com a finalidade institucional da entidade. A escolha da **Associação Comunitária de Idosos do Município de Osasco - ACIMO** decorre de sua indicação como beneficiária da emenda parlamentar, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602017453, entre o Município de Osasco e a **Associação Comunitária de Idosos do Município de Osasco - ACIMO** com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Municipal na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

_____

José Carlos Vido

Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Assistência Social

Processo Digital nº 202602018200 - EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL 2026 - DEPUTADA FEDERAL MARIA ROSAS - OSC: AMAMOS - CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - PROJETO: ENERGIA DO CUIDADO: NUTRIR E PROTEGER

Osasco, 26 de outubro de 2026.

INTERESSADO: AMAMOS - Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **AMAMOS - Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, inscrita no CNPJ nº 51.441.939/0001-22, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602018200. A parceria decorre da Emenda Parlamentar Federal Individual RP6 nº 202641190005, de autoria de Deputada Federal Maria Rosas, operacionalizada por meio da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260006, com valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), classificado em GND 3 - Custeio, e vinculada à oferta do Serviço de Acolhimento Institucional - Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho apresentado prevê o custeio de despesas essenciais à continuidade e à qualificação das unidades de acolhimento, incluindo despesas de consumo, alimentação complementar, higiene e limpeza, equipamentos de proteção individual e logística vinculada à execução do serviço, assegurando condições adequadas de proteção, cuidado e bem-estar às crianças e adolescentes acolhidos. A proposta demonstra interesse público e compatibilidade com a finalidade institucional da entidade e com a destinação socioassistencial indicada na programação federal. A escolha da AMAMOS - Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes decorre, ainda, de sua identificação expressa como beneficiária da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260006 e da Emenda nº 202641190005, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602018200, entre o Município de Osasco e a AMAMOS - Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Federal nº 202641190005 na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Assistência Social

Processo Digital nº 202602018160 - EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL 2026 - DEPUTADO FEDERAL MIGUEL LOMBARDI - OSC: ASSISTÊNCIA VICENTINA IMACULADA CONCEIÇÃO - LAR BUSSOCABA - PROJETO: PREVENIR ATROFIA MUSCULAR

Osasco, 26 de outubro de 2026.

INTERESSADO: Assistência Vicentina Imaculada Conceição - Lar Bussocaba

ASSUNTO: Justificativa de Dispensa de Chamamento Público - Terceiro Setor

A presente justificativa refere-se à formalização de Termo de Fomento entre o Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, e a Organização da Sociedade Civil **Assistência Vicentina Imaculada Conceição - Lar Bussocaba**, inscrita no CNPJ nº 08.933.601/0001-69, no âmbito do Processo Administrativo Digital nº 202602018160. A parceria decorre da Emenda Parlamentar Federal Individual RP6 nº 202637300004, de autoria de Deputado Federal Miguel Lombardi, operacionalizada por meio da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260001, com valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), classificado em GND 3 - Custeio, e vinculada à oferta do Serviço de Acolhimento Institucional - Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 29, que os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público. Em igual sentido, o Decreto Municipal nº 11.384/2016, em seu art. 40, inciso V, com redação acrescida pelo Decreto Municipal nº 13.870/2023, prevê expressamente a dispensa do chamamento público nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares, observados os demais requisitos aplicáveis à celebração da parceria.

No caso concreto, o Plano de Trabalho apresentado prevê a qualificação do cuidado institucional ofertado às pessoas idosas acolhidas, por meio de ações integradas à rotina da ILPI com foco em mobilidade, manutenção da funcionalidade, prevenção de quedas, estímulo funcional e orientação da equipe de cuidados, articuladas aos objetivos do Serviço de Acolhimento Institucional. A proposta demonstra interesse público e compatibilidade com a finalidade institucional da entidade e com a destinação socioassistencial indicada na programação federal. A escolha da Assistência Vicentina Imaculada Conceição - Lar Bussocaba decorre, ainda, de sua identificação expressa como beneficiária da Programação EstruturaSUAS nº 353440120260001 e da Emenda nº 202637300004, razão pela qual a formalização direta não resulta de seleção discricionária entre potenciais executores, mas da própria destinação parlamentar individualizada.

Diante do exposto, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento objeto do PAD nº 202602018160, entre o Município de Osasco e a Assistência Vicentina Imaculada Conceição - Lar Bussocaba, com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 40, inciso V, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, para aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar Federal nº 202637300004 na execução do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo da aprovação final do instrumento, da verificação da habilitação e regularidade da OSC e das demais etapas técnicas, jurídicas, de controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis.

_____
José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Gerência de Parcerias e Prestação de Contas - Secretaria de Assistência Social
Av. Dom Pedro I, 65 - Vila Osasco - 06083-010 - Osasco - SP
(11) 2183-6747 - gerenciadeparcerias.sas@osasco.sp.gov.br

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

RESUMO DO TERMO DE JULGAMENTO DA SESSÃO

Processo Administrativo nº: 02.180/2026
Pregão Eletrônico nº: 104/2026
Objeto da compra: Registro de preços para aquisição de medalhas e troféus.
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021
Critério de julgamento: Menor Preço por Lote
Modo de disputa: Aberto

I – DA ABERTURA E CONDUÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Aos 14 dias do mês de outubro de 2026, às 10h00, foi realizada a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 104/2026, conduzida pelo Pregoeiro Oficial, Ricardo Nogueira de Amaral, com auxílio da equipe de apoio, regularmente designadas pela Portaria nº 411 de 13 de março de 2026.

O procedimento licitatório foi conduzido em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente aos princípios previstos em seu artigo 5º, às regras relativas à atuação dos agentes públicos estabelecidas no artigo 8º e às disposições pertinentes do Decreto Municipal nº 13.877/2023, respeitadas as condições e exigências constantes do instrumento convocatório e seus anexos.

Aberta a sessão pública, foram realizados os procedimentos de recebimento e análise das propostas, classificação das licitantes e disputa de lances, conforme os registros constantes do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

II – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO

Encerrada a etapa competitiva de lances, procedeu-se à análise das propostas apresentadas pelas licitantes classificadas, observando-se o critério de julgamento de menor preço por item, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Foram realizados os procedimentos de negociação e de verificação da aceitabilidade das propostas, observadas as disposições dos artigos 59 e 61 da referida Lei, bem como as condições estabelecidas no edital.

A análise de aceitabilidade considerou os preços ofertados, as exigências do instrumento convocatório e a compatibilidade das propostas com as condições da contratação, conforme registros e documentos integrantes dos autos.

III – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Concluída a fase de julgamento das propostas, procedeu-se à verificação dos documentos de habilitação das licitantes classificadas, em conformidade com os artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com as exigências previstas no instrumento convocatório.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

A análise dos documentos de habilitação foi realizada pelo Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio, no âmbito de suas atribuições.

Consideradas as análises realizadas e os documentos constantes dos autos, foi declarada habilitada a licitante que atendeu às condições estabelecidas no edital, conforme registrado no sistema eletrônico.

IV – DA FASE RECURSAL

Após a divulgação do resultado do julgamento e da habilitação, foi oportunizada às licitantes a manifestação de intenção de recorrer, observadas as disposições do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as regras estabelecidas no instrumento convocatório.

Conforme registros da sessão pública, a empresa RICO ESPORTES LTDA manifestou intenção de interpor recurso administrativo.

Entretanto, transcorrido o prazo legal e editalício para apresentação das razões recursais, não houve protocolo das respectivas peças recursais, conforme registros constantes do sistema eletrônico.

Dessa forma, não havendo razões recursais apresentadas para apreciação, considerou-se encerrada a fase recursal, ressalvada a necessidade de verificação de eventual matéria que demande apreciação de ofício pela Administração.

V – DO RESULTADO DO JULGAMENTO

Concluídas as fases de julgamento, habilitação e processamento da etapa recursal, foi apurado o seguinte resultado:

SMART ACRILICOS E INSUMOS LTDA - CNPJ 50.177.990/0001-06
Pelo valor total global de R$ 420.855,00 (quatrocentos e vinte mil oitocentos e cinquenta e cinco reais).

O valor acima corresponde ao resultado registrado na sessão, cuja adjudicação permanece condicionada à deliberação da autoridade competente.

VI – DO ENCERRAMENTO E ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE

Considerando o encerramento das fases de julgamento e habilitação, bem como da etapa recursal, encaminham-se os autos à autoridade competente para apreciação e deliberação, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 13.877/2023.

Registra-se que os atos praticados pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio encontram-se documentados no procedimento licitatório e no sistema eletrônico, incluindo os registros da sessão pública, propostas, documentos de habilitação, manifestações técnicas e demais elementos pertinentes.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, compete à autoridade superior, após o exame do procedimento, deliberar quanto às providências legalmente cabíveis, inclusive eventual saneamento de irregularidades, revogação, anulação ou adjudicação do objeto e homologação do certame.

Assim, submetem-se os autos à apreciação da autoridade competente, para, constatada a regularidade do procedimento e inexistindo óbices legais, proceder à adjudicação dos itens às respectivas licitantes vencedoras e à homologação do resultado.

Ressalta-se que a adjudicação e a homologação constituem atos de competência da autoridade superior, não se confundindo com os atos de condução, julgamento e habilitação praticados pela Pregoeiro, nos limites de suas atribuições legais e regulamentares.

Foi concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para os licitantes manifestarem interesse no Cadastro Reserva. Ao final do prazo, não houve manifestações.

O Termo de Julgamento, os registros da sessão e os demais documentos integrantes do procedimento encontram-se disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Município de Osasco e no sistema Compras.gov.br, UASG 450573, Pregão Eletrônico nº 104/2026.

Osasco, 27 de outubro de 2026

Ricardo Nogueira de Amaral
Pregoeiro Oficial

Ednea Barbosa da Conceição
Equipe de Apoio

Kethelyn Gracieli da Silva Gomes
Equipe de Apoio

Talitha Catelani
Equipe de Apoio

SECRETARIA DE FINANÇAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
APLICAÇÃO DOS RECURSOS REFERENTES A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, NOS TERMOS DO ARTIGO 212, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 6º DA LEI Nº 5351/2024
3º TRIMESTRE DE 2026

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	ACUMULADA
Receitas Próprias	2.303.033.011,36
Receitas de Transferências de Impostos da União	125.692.934,97
Receitas de Transferências de Impostos do Estado	722.746.814,02
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**3.151.472.760,35**

B) APURAÇÃO DO RESULTADO DE CONTRIBUIÇÃO EM CONFRONTO À RECEITA DO FUNDEB	ACUMULADA
Valor da Aplicação Mínima Obrigatória (Caput, art 212 da CF) 25%	787.868.190,09
(-)Total da Conta Retificadora da Receita do FPM, ICMS, IPI, LEI KANDIR, IPVA E ITR	-R$ 167.087.100,52
(=) VALOR DA APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA COM RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEB	**R$ 620.781.089,57**
Total da Receita Recebida do FUNDEB (Valor do Retorno sem os Rendimentos de Aplicação Financeira)	R$ 402.225.251,97
GANHO LÍQUIDO DO FUNDEB (PLUS)	**R$ 235.138.151,45**

C) RECURSOS ADICIONAIS EXCLUÍDOS OS RECURSOS DO FUNDEB	ACUMULADA
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.786.007,86
Salário Educação, Convênios e Outros	
Operações de Crédito destinadas à Educação Básica	
TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	**R$ 2.786.007,86**

D) DESPESAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
Gastos Educação	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
12122 - Despesas da Administração Geral da Educação Básica	54.024.991,66	47.416.279,44	44.739.937,19
12306 - Alimentação e Nutrição	48.764.295,78	35.935.239,42	33.249.653,05
12361 - Despesas do Ensino Fundamental	509.249.384,28	455.150.726,04	412.185.490,17
12365 - Despesas da Educação Infantil - Fonte 04.210 - FITO	167.162,45	165.590,69	150.843,42
12365 - Despesas da Educação Infantil	256.177.508,65	202.450.481,26	175.673.778,06
12366 - Despesas da Educação de Jovens e Adultos	3.935.094,26	2.781.902,84	2.762.422,84
12367 - Despesas da Educação Especial	4.719.458,00	3.464.815,51	2.284.950,91
(=) TOTAL DAS DESPESAS DO ENSINO	**877.037.895,08**	**747.365.035,20**	**671.047.075,64**
(-) Despesas com Rendimentos de Aplicação Financeira (CONTA LDB)			
(-) Despesas com QSE, Convênios e Outros (Inclusive Rendimentos)	48.944.652,32	36.001.265,24	33.256.023,05
(-) Operações de Crédito destinadas à Educação Básica			
(=) TOTAL DAS DESPESAS DO ENSINO C/ RECURSOS PRÓPRIOS	**828.093.242,76**	**711.363.769,96**	**637.791.052,59**

F) FUNDEB - ART 60 CAPUT/ADCT/CF			
F1) Recursos do FUNDEB - Remuneração - Prof Magistério	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
12361 - Despesas do Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
12365 - Despesas da Educação Infantil	401.093.226,13	401.086.241,91	393.436.339,48
12366 - Despesas da Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00
12367 - Despesas da Educação Especial	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa c/ Remuneração - Prof Magistério	**401.093.226,13**	**401.086.241,91**	**393.436.339,48**
Atendimento a Aplic Mímima Obrigatória de 70%	**99,03%**	**99,03%**	**97,14%**
F2) Recursos do FUNDEB - Demais Despesas	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
12361 - Despesas do Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
12365 - Despesas da Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
12366 - Despesas da Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00
12367 - Despesas da Educação Especial	0,00	0,00	0,00
Total das Demais Despesas	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Observada a Aplicação máxima de 30%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
(=) TOTAL GERAL DOS RECURSOS DO FUNDEB APLICADO	**401.093.226,13**	**401.086.241,91**	**393.436.339,48**
Mínimo obrigatório de 90%	**99,03%**	**99,03%**	**97,14%**
(-) Despesas Realizadas com Recursos de AplIC Financeiras do FUNDEB	0,00	0,00	0,00
(=) TOTAL DESPESAS FUNDEB ELEGÍVEIS NA APLIC DO ENSINO	**401.093.226,13**	**401.086.241,91**	**393.436.339,48**

E) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Empenhado	Liquidado	Pago
Despesas do Ensino Realizadas com Recursos Próprios	828.093.242,76	711.363.769,96	637.791.052,59
Despesas Realizadas com Recursos do FUNDEB	401.093.226,13	401.086.241,91	393.436.339,48
*Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31/12/2025	0,00	23.050.227,90	23.050.227,90
(=) Total das Despesas Elegíveis na Aplic do Ensino	**1.229.186.468,89**	**1.135.500.239,77**	**1.054.277.619,97**
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido (Plus Aplicado)	234.006.125,61	233.999.141,39	226.349.238,96
(-) Demais Despesas não computadas nos 25%	-128.109,05	-88.109,05	-58.109,05
(=) Aplicação Final (Caput, Art 212 da CF)	**R$ 995.052.234,23**	**R$ 901.412.989,33**	**R$ 827.870.271,96**
PERCENTUAL APLICADO NO ENSINO	**31,57%**	**28,60%**	**26,27%**

José Teste Borges
Secretário da Educação

GERSON DIAS PESSOA:30197485855
Assinado de forma digital por GERSON DIAS PESSOA:30197485855 Dados: 2026.10.26 13:49:26 -03'00'
Gerson Dias Pessoa
Prefeito

CARINE DONIZETE SIMOES DE OLIVEIRA:28670814838
Assinado de forma digital por CARINE DONIZETE SIMOES DE OLIVEIRA:28670814838 Dados: 2026.10.26 11:44:39 -03'00'
Carine D. Simões de Oliveira
Subsecretária do Tesouro Municipal
Secretaria de Finanças

*Nota: Foram incluídos nos cômputos, os Restos a Pagar Não Processados inscritos em 31/12/2025, cuja liquidação e pagamento ocorreram até o 3º Trimestre de 2026.

SECRETARIA DE SAÚDE

Atos do Secretario

O Senhor Secretário de Saúde, considerando a Lei Municipal 3.400/98 e Decreto 8.675/98 C/C a Lei Estadual 10.083/98 torna público as ações do Grupo Técnico de Vigilância Sanitária.
O GERENTE DO GRUPO TÉCNICO DA GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO DEFERE OS ABAIXOS DISCRIMINADOS.

PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO:

Razão Social: LUIZ ANTONIO ROCHA LIMA TRANSPORTES
Endereco: RUA TERESINA 132 - ROCHDALE - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 03.330.021/0001-63
Atividade CNAE: 4930-2/01 - Transporte rodoviário de cargas - exceto produtos perigosos e mudancas municipal
N° Processo: 202502006366
Data do Deferimento: 28/04/2025
Data da Validade: 31/03/2026
Responsável Legal: LUIZ ANTONIO LIMA ROCHA
Responsável Técnico: N/A
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-493-000620-1-4
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2025

Razão Social: CLINICA DE MICROCIRURGIA OCULAR SAKASSEGAWA NAVES LTDA
Endereço: RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO 169 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 65.696.189/0001-44
Atividade CNAE: 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
N° Processo: 202502008783
Data do Deferimento: 03/09/2026
Data da Validade: 03/09/2027
Responsável Legal: OBIDULHO ANTONIO NAVES DE OLIVEIRA
Responsável Técnico: OBIDULHO ANTONIO NAVES DE OLIVEIRA
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-863-002517-1-2
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: ACLIVE CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA
Endereco: AV. DOS AUTONOMISTAS 900 - VILA YARA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 17.091.963/0001-40
Atividade CNAE: 8630-5/04 - Atvidade odontológica
N° Processo: 202602000126
Data do Deferimento: 31/08/2026
Data da Validade: 31/08/2027
Responsável Legal: KATIA MOREIRA LOPES
Responsável Técnico: KATIA MOREIRA LOPES
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-863-002508-1-3
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: ACLIVE CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA
Endereco: AV. DOS AUTONOMISTAS 900 - VILA YARA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 17.091.963/0001-40
Atividade CNAE: 8630-5/04 - Atvidade odontológica
N° Processo: 202602000126
Data do Deferimento: 31/08/2026
Data da Validade: 31/08/2027
Responsável Legal: KÁTIA MOREIRA LOPES
Responsável Técnico: KÁTIA MOREIRA LOPES
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-863-002507-1-6
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: AIRLAB ANALÍTICA LTDA-EPP
Endereco: RUA GARIBALDI 123 - PIRATININGA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 16.784.311/0001-29
Atividade CNAE: 7120-1/00 - Testes e análises técnicas
N° Processo: 202602001547
Data do Deferimento: 02/09/2026
Data da Validade: 02/09/2027
Responsável Legal: SERGIO SILVA DE OLIVEIRA
Responsável Técnico: SERGIO SILVA DE OLIVEIRA
Responsável Técnico Substituto: RAFAELA ANDRADE DE OLIVEIRA
N° CEVS: 353440110-712-000004-1-8
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: CLINICA VETERINÁRIA HIKARU LTDA ME
Endereco: ÁGUAS DE SÃO PEDRO 454 - ROCHDALE - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 07.891.595/0001-61
Atividade CNAE: 7500-1/00 - Atividades veterinárias
N° Processo: 202602001918
Data do Deferimento: 03/09/2026
Data da Validade: 03/09/2027
Responsável Legal: MAURICIO HIKARU YAMATO
Responsável Técnico: MAURICIO HIKARU YAMATO
Responsável Técnico Substituto: ÉRICA SIMÕES DE ALMEIDA
N° CEVS: 353440110-750-000183-1-7
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: CLINICA VETERINÁRIA HIKARU LTDA ME
Endereco: ÁGUAS DE SÃO PEDRO 454 - ROCHDALE - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 07.891.595/0001-61
Atividade CNAE: 7500-1/00 - Atividades veterinárias
N° Processo: 202602001918
Data do Deferimento: 03/09/2026
Data da Validade: 03/09/2027
Responsável Legal: MAURICIO HIKARU YAMATO
Responsável Técnico: MAURICIO HIKARU YAMATO
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-750-000184-1-4
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: SANTOS & BARION DROGARIA LTDA ME
Endereco: AV. CRUZEIRO DO SUL 918 - ROCHDALE - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 13.771.635/0001-34
Atividade CNAE: 4771-7/01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulacão de fórmulas
N° Processo: 202602002984
Data do Deferimento: 11/09/2026
Data da Validade: 11/09/2027
Responsável Legal: IGOR LUIZ SANTOS BARION
Responsável Técnico: MIZAEL GALDINO VIEIRA
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-477-000404-1-0
Tipo de Solicitação: Licença de funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: RAIA DROGASIL S/A
Endereço: PROFESSOR JOSÉ AZEVEDO MINHOTO 431 - KM18 - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 61.585.865/1231-56
Atividade CNAE: 4771-7/01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulacão de fórmulas
N° Processo: 202602005269
Data do Deferimento: 01/09/2026
Data da Validade: 01/09/2027
Responsável Legal: MARCILIO D'AMICO POUSADA
Responsável Técnico: GREICE EVININ TRAJANO DA SILVA
Responsável Técnico Substituto: ADEMIR NERGER/DAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA/ JOENIA SOUSA DE ARAÚJO/ LIVIA DUARTE ROCHA/ MICHELE SOUZA CORDEIRO DA SILVA
N° CEVS: 353440110-477-000544-1-0
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: OSASVET PRODUTOS E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA ME
Endereço: AV. PADRE VICENTE MELILLO 1373 - JARDIM ORIENTAL - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 04.109.224/0001-97
Atividade CNAE: 7500-1/00 - Atividades veterinárias
N° Processo: 202602007711
Data do Deferimento: 03/09/2026
Data da Validade: 03/09/2027
Responsável Legal: RENATO PINTO DE LIMA
Responsável Técnico: RENATO PINTO DE LIMA
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-750-000119-1-6
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE OSASCO
Endereco: R. PRES. CASTELO BRANCO 56 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 56.334.758/0001-10
Atividade CNAE: 8630-5/04 - Atvidade odontológica
N° Processo: 202602007712
Data do Deferimento: 03/09/2026
Data da Validade: 03/09/2027
Responsável Legal: ITAMAR DONIZETTE LUIZ
Responsável Técnico: FERNANDA YANAGUI
Responsável Técnico Substituto: ALEXANDRA FISHER SZELAG/JOSÉ DONIZETE SALLES GUERTA
N° CEVS: 353440110-863-000653-1-5
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE OSASCO
Endereço: R. PRES. CASTELO BRANCO 56 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 56.334.758/0001-10
Atividade CNAE: 8630-5/04 - Atvidade odontológica
N° Processo: 202602007712
Data do Deferimento: 03/09/2026
Data da Validade: 03/09/2027
Responsável Legal: ITAMAR DONIZETTE LUIZ
Responsável Técnico: FERNANDA YANARGUI
Responsável Técnico Substituto: JOSÉ DONIZETE SALLES GUERTA/ALEXANDRA FISCHER ZSELAG
N° CEVS: 353440110-863-001346-1-9
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: ODONTOLOGIA LONGO LTDA
Endereco: RUA DIMITRI SENSAUD DE LAVOUD 288 - VILA CAMPESINA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 51.445.872/0001-02
Atividade CNAE: 8630-5/04 - Atvidade odontológica
N° Processo: 202602008455
Data do Deferimento: 10/09/2026
Data da Validade: 10/09/2027
Responsável Legal: ARNALDO ALZIRES LONGO JUNIOR
Responsável Técnico: ARNALDO ALZIRES LONGO JUNIOR
Responsável Técnico Substituto: LUIZ ANTONIO DE CARVALHO LONGO/ ROSA MARIA DE CARVALHO LONGO
N° CEVS: 353440110-863-000038-1-6
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: ODONTOLOGIA LONGO LTDA
Endereco: RUA DIMITRI SENSAUD DE LAVOUD 288 - VILA CAMPESINA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 51.445.872/0001-02
Atividade CNAE: 8630-5/04 - Atvidade odontológica
N° Processo: 202602008455
Data do Deferimento: 10/09/2026
Data da Validade: 10/09/2027
Responsável Legal: ARNALDO ALZIRES LONGO JUNIOR
Responsável Técnico: ARNALDO ALZIRES LONGO JUNIOR
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-863-000037-1-9
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: ODONTOLOGIA LONGO LTDA
Endereco: RUA DIMITRI SENSAUD DE LAVOUD 288 - VILA CAMPESINA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 51.445.872/0001-02
Atividade CNAE: 8630-5/04 - Atvidade odontológica
N° Processo: 202602008455
Data do Deferimento: 10/09/2026
Data da Validade: 10/09/2027
Responsável Legal: ARNALDO ALZIRES LONGO JUNIOR
Responsável Técnico: LUIZ ANTONIO DE CARVALHO LONGO
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-863-002525-1-4
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: PEQUENO SER CLINICA PEDIATRICA LTDA
Endereco: AV. HILÁRIO PEREIRA DE SOUZA 492 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 05.807.949/0001-11
Atividade CNAE: 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
N° Processo: 202602010913
Data do Deferimento: 25/08/2026
Data da Validade: 25/08/2027
Responsável Legal: ESTELA MARIA MARCON PIRES
Responsável Técnico: ESTELA MARIA MARCON PIRES
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-863-001367-1-9
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: DENTAL LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
Endereco: R. MINAS BOGASIAN 332 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 08.269.053/0001-14
Atividade CNAE: 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
N° Processo: 202602011823
Data do Deferimento: 05/08/2026
Data da Validade: 05/08/2027
Responsável Legal: GERALDO ROBERTO DE LIMA
Responsável Técnico: BRUNO DE OLIVEIRA LIMA
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-464-000256-1-5
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: DENTAL LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
Endereco: RUA MINAS BOGASIAN 332 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 08.269.053/0001-14
Atividade CNAE: 4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
N° Processo: 202602011823
Data do Deferimento: 05/08/2026
Data da Validade: 05/08/2027
Responsável Legal: GERALDO ROBERTO DE LIMA
Responsável Técnico: BRUNO DE OLIVEIRA LIMA
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-464-000002-1-3
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: FLEURY S.A
Endereço: RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO 305 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 60.840.055/0526-03
Atividade CNAE: 8630-5/06 - Serviços de vacinação e imunização humana
N° Processo: 202602014463
Data do Deferimento: 26/08/2026
Data da Validade: 26/08/2027
Responsável Legal: JEANE MIKE TSUTSUI
Responsável Técnico: MILENE FERNANDES VASCONCELOS
Responsável Técnico Substituto: MYLENA PEREIRA LIMA
N° CEVS: 353440110-863-002511-1-9
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: FLEURY S.A
Endereço: RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO 305 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 60.840.055/0526-03
Atividade CNAE: 8640-2/02 - Laboratórios clínicos
N° Processo: 202602014463
Data do Deferimento: 26/08/2026
Data da Validade: 26/08/2027
Responsável Legal: JEANE MIKE TSUTSUI
Responsável Técnico: MILENE FERNANDES VASCONCELOS
Responsável Técnico Substituto: MYLENA PEREIRA LIMA
N° CEVS: 353440110-864-000667-1-0
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: FLEURY S.A
Endereço: RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO 305 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 60.840.055/0526-03
Atividade CNAE: 8640-2/04 - Serviços de Tomografia
N° Processo: 202602014463
Data do Deferimento: 26/08/2026
Data da Validade: 26/08/2027
Responsável Legal: JEANE MIKE TSUTSUI
Responsável Técnico: MIWA FUKUMOTO
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-864-000607-1-2
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: FLEURY S.A
Endereço: RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO 305 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 60.840.055/0526-03
Atividade CNAE: 8640-2/04 - Serviços de Tomografia
N° Processo: 202602014463
Data do Deferimento: 26/08/2026
Data da Validade: 26/08/2027
Responsável Legal: JEANE MIKE TSUTSUI
Responsável Técnico: MIWA FUKUMOTO
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-864-000608-1-0
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: FLEURY S.A
Endereço: RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO 305 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 60.840.055/0526-03
Atividade CNAE: 8640-2/99 - Atividades de complementação diagnóstica e terapêutica - não especificadas anteriormente
N° Processo: 202602014463
Data do Deferimento: 26/08/2026
Data da Validade: 26/08/2027
Responsável Legal: JEANE MIKE TSUTSUI
Responsável Técnico: SILVIA TIGANI MACHADO MARTOS
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-864-000554-1-7
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: H. PATAS - HOSPITAL VETERINÁRIO LTDA
Endereco: AV. DOS AUTONOMISTAS 2716 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 63.406.215/0001-27
Atividade CNAE: 7500-1/00 - Atividades veterinárias
N° Processo: 202602016553
Data do Deferimento: 08/09/2026
Data da Validade: 08/09/2027
Responsável Legal: JACOMO DE PAULA VERONESI FERRACINI
Responsável Técnico: JACOMO DE PAULA VERONESI FERRACINI
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-750-000290-1-7
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: H. PATAS - HOSPITAL VETERINÁRIO LTDA
Endereco: AV. DOS AUTONOMISTAS 2716 - CENTRO - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 63.406.215/0001-27
Atividade CNAE: 7500-1/00 - Atividades veterinárias
N° Processo: 202602016553
Data do Deferimento: 08/09/2026
Data da Validade: 08/09/2027
Responsável Legal: JACOMO DE PAULA VERONESI FERRACINI
Responsável Técnico: JACOMO DE PAULA VERONESI FERRACINI
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-750-000296-1-0
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

Razão Social: INSTITUTO BEM ESTAR SERVICOS MÉDICOS LTDA
Endereco: RUA DR. CARLOS DE MORAIS BARROS 450 - VILA CAMPESINA - Osasco - SP
CNPJ/CPF: 03.434.113/0001-93
Atividade CNAE: 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realizacão de procedimentos cirúrgicos
N° Processo: 202602043229
Data do Deferimento: 05/08/2026
Data da Validade: 05/08/2027
Responsável Legal: DANIELLE PINHEIRO DOS SANTOS BARROS
Responsável Técnico: DANIEL MARTINS DE BARROS
Responsável Técnico Substituto: N/A
N° CEVS: 353440110-863-001918-1-7
Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2026

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Saúde

Portaria Interna nº 055/2026

"Designar servidores, para compor a Comissão de Análise de Documentação Técnica, da Secretaria de Saúde de Osasco"

FERNANDO MACHADO OLIVEIRA, Secretário de Saúde do Município de Osasco, usando das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Designar os servidores, abaixo relacionados para comporem a Comissão de análise da documentação técnica, referente ao Processo Administrativo nº 2.383/2026, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO ALFAPORACTANTO,** para atender as necessidades dos Departamentos que compõe a Secretaria de Saúde de Osasco.

1. **Rogério Gomes da Silveira**, matrícula 186.200
2. **Marli Pereira de Moura,** matrícula 132.069
3. **Ana Cristina Rodrigues Santos,** matrícula 196.473

Osasco, 27 de outubro de 2026

FERNANDO MACHADO OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 748/2026
INTERESSADO: OLIVEIRA INOCÊNCIO AMARANTE
ASSUNTO: RECURSO DE AUTO DE MULTA Nº 1804/2026

DESPACHO

1) Diante da fundamentação apresentada, acolho o parecer do Comandante da Guarda Civil Municipal, às fls. 09, e DEFIRO o recurso interposto contra o Auto de Multa nº 1804/2026, determinando seu consequente cancelamento.

2) Publique-se; e após,

3) À Guarda Civil Municipal, para dar ciência ao Interessado.

Osasco, 09 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança e Controle Urbano

ATC

Av. Lázaro de Mello Brandrão, 300 – Vl. Campesina – Osasco - SP
Tel.: 2183-0865 – E-mail: gcm@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2214/2026

INTERESSADO: SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES DE CALIBRE RESTRITO E PERMITIDO AOS AGENTES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

À vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, com fundamento no Artigo 75, inciso I, em atendimento ao disposto no Artigo 72, Inciso VIII, ambos da Lei Federal n° 14.133/2021, **AUTORIZO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação direta da empresa **COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS**, inscrita no CNPJ nº 57.494.031/0001-63, pelo valor de **R$ 213.300,00 (duzentos e treze mil e trezentos reais)** para **aquisição de munições de calibre restrito e permitido aos agentes da guarda civil municipal**

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à Secretaria de Finanças para providências cabíveis.

Osasco, 23 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança e Controle Urbano

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

AUTORIZAÇÃO DE ADITAMENTO CONTRATUAL
DESPACHO DO SECRETÁRIO

À vista dos elementos constantes do presente Processo Administrativo e da manifestação da Douta Procuradoria-Geral do Município, AUTORIZO a prorrogação do Contrato nº 025/2023, pelo prazo de 90 (noventa) dias, celebrado com a empresa CS BRASIL FROTAS S.A., inscrita no CNPJ nº 27.595.780/0001-16, pelo valor global de R$ 474.806,25 (quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e seis reais e vinte e cinco centavos).

Após, encaminhem-se os autos à Secretaria de Finanças para as demais providências cabíveis.

Publique-se.

Osasco, 19 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança e Controle Urbano

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo digital nº **2026 0204 3759**

Interessado (a)**: BEATRIZ SILVEIRA DE SOUZA BASTOS**

Assunto**: REMANEJAMENTO DE PONTO**

Despacho:

1) Acolho as informações fornecidas pela Sra. Diretora do Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, e **DEFIRO** o pedido de remanejamento de ponto do comércio ambulante no ramo de **CACHORRO-QUENTE**.

2) Publique-se;

3) Arquive-se.

Osasco, 26 de outubro de 2026

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital: **2026 0200 4336**

Interessado**: FABIO JOSÉ DA SILVA**

Assunto**: CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB Nº 30.009**

Despacho:

1) Diante das informações citadas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, **ACOLHO** o pedido de Cancelamento de **Inscrição Municipal sob nº 30.009,** referente a **FEIRA LIVRE no RAMO DE VESTUÁRIO** realizada pelo (a) Sr. (a) **FABIO JOSÉ DA SILVA.**

2) Publique-se;

3) Arquive-se.

Osasco, 26 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança e Controle Urbano

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital n°: **2026 0204 2329**

Interessado (a)**: MAURO DAVID VERONEZE**

Assunto**: INDEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE.**

Despacho:

1) Diante das informações citadas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, acolho sugestão e **INDEFIRO**, dentro das formalidades legais, a concessão de **LICENÇA PARA COMÉRCIO AMBULANTE** no **RAMO DE VESTUÁRIO** em nome de **MAURO DAVID VERONEZE.**

2) Publique-se

3) Segue para as devidas providências.

Osasco, 26 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital n°: **2026 0204 4000**

Interessado (a)**: RODRIGO DA SILVA NETO**

Assunto**: INDEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE.**

Despacho:

1) Diante das informações citadas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, acolho a sugestão e **INDEFIRO**, dentro das formalidades legais, a concessão de **LICENÇA PARA COMÉRCIO AMBULANTE** no **RAMO DE LANCHES** em nome de **RODRIGO DA SILVA NETO.**

2) Publique-se

3) Segue para as devidas providências.

Osasco, 26 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano.

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital nº **2026 0204 1098**

Interessado (a)**: ANDRESSA DE JESUS VOGEL CONSTANTINO**

Assunto**: DEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE.**

Despacho:

1) Diante das informações citadas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, acolho sugestão e **DEFIRO**, dentro das formalidades legais, a concessão de **LICENÇA PARA COMÉRCIO AMBULANTE** no ramo de **CHURRASCO** em nome de **ANDRESSA DE JESUS VOGEL CONSTANTINO.**

2) Publique-se.

3) Segue para as devidas providências.

Osasco, 26 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital nº **2026 0203 6004**

Interessado (a)**: HERMES MOREIRA FREIRE**

Assunto**: DEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE.**

Despacho:

1) Diante das informações citadas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, acolho sugestão e **DEFIRO**, dentro das formalidades legais, a concessão de **LICENÇA PARA COMÉRCIO AMBULANTE** no ramo de **CHURRASCO E BEBIDAS** em nome de **HERMES MOREIRA FREIRE.**

2) Publique-se.

3) Segue para as devidas providências.

Osasco, 26 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria de Segurança e Controle Urbano

Protocolo Digital nº **2026 0201 3533**

Interessado (a)**: MARIA ROSINALVA LEAL**

Assunto**: DEFERIMENTO DE PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL DA PERMISSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO EM FEIRAS.**

Despacho:

1) Diante das informações citadas pelo Departamento de Fiscalização e Controle Urbano – DFCU, **ACOLHO** e **DEFIRO** o pedido de **Transferência de Inscrição Municipal (IM) nº 29.737** de **FEIRANTE NO RAMO DE FLORES**, de JOSEMAR DE SOUSA, para **MARIA ROSINALVA LEAL**, que se faz com embasamento no que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 461/2026.

2) Publique-se.

3) Segue para as devidas providências.

Osasco, 26 de outubro de 2026.

JOSÉ VIRGOLINO DE OLIVEIRA.
Secretário de Segurança e Controle Urbano

SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS

WALDYR RIBEIRO FILHO, Secretário de Serviços e Obras, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

EDITAL DE INTIMAÇÃO - De acordo com os artigos 6 e 12 da Lei 3/2003 e Decreto 15082/2026, fica intimada a Concessionária abaixo relacionada, a fim de sanar as intercorrências causadas por suas obras, tendo o prazo de 24 horas a contar da presente publicação para apresentar defesa ou manifestação junto a este órgão. Decorrido o prazo, o processo seguirá regularmente.

N° AUTO	DATA	INTERESSADO
141	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
142	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
143	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
144	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
145	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
146	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
147	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
151	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
152	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
153	20/10/2026	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Osasco, 27 de Outubro de 2026.

WALDYR RIBEIRO FILHO
Secretário de Serviços e Obras

SECRETARIA EXECUTIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Criado pela Lei Municipal nº 5.175 de 20 de junho de 2022, alterada pela Lei Municipal nº 5.328 de 10 de abril de 2024.

COMPED

RESOLUÇÃO N° 027/2026

Dispõe sobre a aprovação das inscrições das Organizações da Sociedade Civil (OSC) no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED) e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMPED, reunido em Plenária Ordinária no dia 21 de outubro de 2026 em conformidade o que dispõe a Lei Municipal nº 5.175, de 20 de junho de 2022 e alterações e Resolução COMPED nº 15, de 02 de dezembro de 2025, por decisão dos seus membros, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a **"nova"** inscrição da **OSC**:

I – Instituto Educacional Tesla – CNPJ: 47.567.598/0001-69; Atuação na área de garantia de direitos, defesa e atendimento da Pessoa com Deficiência.

Osasco, 26 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS FERNANDO GARCIA
Data: 26/10/2026 17:25:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUÍS FERNANDO GARCIA

Presidente

Av. Analice Sakatauskas, 204 – Bela Vista – Osasco – SP – CEP: 06060-000 – Tel: (11) 3652-9221 – Whatsapp: (11) 94287-8974 – e-mail: comped.sepcd@osasco.sp.gov.br

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência

PARECER TÉCNICO

Processo Administrativo nº: 202602036886
Beneficiário: Angelika Instituto de Hidroterapia e Atividades
Projeto: Hidroterapia para Todos
Valor: R$ 99.998,28 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos)
Prazo de execução: 8 (oito) meses

I – DO OBJETO

Trata-se de análise técnica do Plano de Trabalho apresentado pelo Angelika Instituto de Hidroterapia e Atividades, para formalização de parceria com o Município de Osasco, por meio da Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência – SEPCD.

A proposta tem por objeto a execução de tratamento fisioterapêutico aquático acessível, utilizando os benefícios da hidroterapia para reabilitação física, melhoria da mobilidade, alívio da dor e promoção do bem-estar.

As ações previstas contemplarão o atendimento de 30 (trinta) usuários, entre crianças, adultos e idosos com deficiência, quadros neuromotores ou atrasos no desenvolvimento.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A presente análise considera as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 11.384/2016, especialmente os requisitos aplicáveis à análise técnica do Plano de Trabalho e à formalização da parceria.

A parceria será formalizada mediante Termo de Fomento, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar Impositiva, cuja dispensa de Chamamento Público será tratada em documento próprio.

III – DA ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência

A proposta apresenta objeto compatível com a finalidade da parceria, contemplando ações de tratamento fisioterapêutico aquático voltadas à reabilitação física, melhoria da mobilidade, alívio da dor e promoção do bem-estar dos usuários.

O atendimento de 30 (trinta) usuários está alinhado à finalidade da política pública de atenção às pessoas com deficiência e às necessidades do público previsto no Plano de Trabalho.

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista no Decreto Municipal nº 11.384/2016 e alterações:

Verifica-se identidade de interesses entre o Município de Osasco, por meio da Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência, e a Organização da Sociedade Civil, considerando que as ações propostas contribuem para a ampliação do acesso das pessoas com deficiência a serviços de reabilitação e atendimento especializado.

A parceria possibilita a atuação conjunta do Poder Público e da Organização da Sociedade Civil para a execução das ações e alcance das metas estabelecidas.

c) da demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da OSC foram avaliados e são compatíveis com o objeto

A Organização da Sociedade Civil possui experiência comprovada na execução de atividades relacionadas à especificidade do serviço proposto, bem como estrutura disponível para a realização das ações previstas.

A entidade já atende o público pretendido, composto por crianças, adultos e idosos com deficiência, quadros neuromotores ou atrasos no desenvolvimento, demonstrando capacidade compatível com as características do público beneficiário.

Dessa forma, verifica-se compatibilidade entre a capacidade técnica e operacional da entidade e o objeto da parceria.

d) da viabilidade de sua execução:

Considerando o objeto proposto, as metas estabelecidas, a experiência da Organização da Sociedade Civil e a estrutura disponível para a realização das atividades, verifica-se a viabilidade de execução da proposta.

O prazo de execução será de 8 (oito) meses, período previsto para o desenvolvimento das ações constantes do Plano de Trabalho.

e) da verificação do cronograma de desembolso:

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência

O valor total da parceria será de R$ 99.998,28 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva de autoria do vereador Carmônio Bastos.

Conforme previsto no Plano de Trabalho, o recurso será repassado em parcela única, observadas as condições estabelecidas no Plano de Trabalho e as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A utilização dos recursos deverá ocorrer em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas aplicáveis à execução e prestação de contas das parcerias celebradas entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil.

f) da descrição de quais serão os meios disponíveis para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira:

A execução da parceria será acompanhada pela Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência, mediante monitoramento das metas estabelecidas e acompanhamento da execução física e financeira do objeto.

O acompanhamento deverá verificar o cumprimento das metas e resultados previstos, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos, observados os procedimentos estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

g) da designação do gestor da parceria e do respectivo suplente:

A designação do Gestor da Parceria e de seu respectivo suplente será realizada por meio de Portaria Interna da Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência, conforme os procedimentos administrativos aplicáveis.

h) da designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

A Comissão de Monitoramento e Avaliação será designada por meio de Portaria Interna da Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 11.384/2016 e demais normas aplicáveis.

Iv – DA CONCLUSÃO

Das análises, conclui-se que a execução da proposta é viável. O cronograma previsto na proposta, assim como a metodologia de monitoramento, são adequados e permitem uma fiscalização efetiva. Assim, posteriormente à emissão do parecer jurídico pertinente, bem como

PREFEITURA DE OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA
Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência

a todo o trâmite necessário previsto em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos a formalização do Termo de Fomento, consoante as disposições expressas no Decreto Municipal nº 11.384/2016 e alterações.

É o parecer técnico.

Osasco, 27 de outubro de 2026

LARISSA MARIA DA SILVA CHAVANTES
Assistente Social - SEPCD

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 04 Julho de 1.967
IPMO

ATO DA PRESIDÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3325/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA TÉCNICA E PREÇO Nº 001/2026

ASSUNTO: DECISÃO ADMINISTRATIVA DEFINITIVA DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO POR VÍCIO DE LEGALIDADE INSANÁVEL

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – IPMO**, por intermédio de seu Presidente, **FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 71, inciso III e § 3º, bem como nos princípios da legalidade, da autotutela administrativa, da segurança jurídica e da indisponibilidade do interesse público;

CONSIDERANDO que a **Concorrência Eletrônica Técnica e Preço nº 001/2026** tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para operacionalização de serviços relativos à avaliação, implantação, administração, gestão e acompanhamento contínuo dos investimentos em crédito consignado, com fornecimento de software de gestão, atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e suporte aos usuários;

CONSIDERANDO que, no curso da análise de legalidade do procedimento, foram identificados vícios relacionados ao objeto da contratação e à sua compatibilidade com o ordenamento jurídico aplicável ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico constante dos autos, que apontou a existência de ilegalidade insanável, especialmente em face do disposto no art. 17, § 5º, da Lei Complementar Municipal nº 124/2004, conforme fundamentação jurídica nele desenvolvida, que veda a utilização dos recursos previdenciários para empréstimos de qualquer natureza;

CONSIDERANDO que a continuidade do procedimento, nos moldes em que foi estruturado, não se mostra juridicamente admissível diante dos vícios identificados, os quais comprometem a validade do certame e dos atos dele dependentes;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o dever de exercer o controle de legalidade de seus próprios atos, promovendo a anulação daqueles que apresentem ilegalidades insanáveis, em observância à legislação vigente e ao entendimento consolidado nas Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a anulação da licitação quando constatada ilegalidade insanável, mediante decisão fundamentada;

CONSIDERANDO que, em observância ao art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi assegurada aos licitantes participantes a oportunidade de manifestação prévia acerca da intenção de anulação do certame, em respeito ao contraditório e à ampla defesa;

CONSIDERANDO que as notificações foram expedidas aos interessados, tendo sido recebidas as respectivas manifestações, as quais passam a integrar os autos e devem ser apreciadas à luz dos fundamentos jurídicos e técnicos que motivam a presente decisão;

CONSIDERANDO a análise das manifestações apresentadas pelos licitantes, as quais, conforme conclusão a ser expressamente registrada nos autos, não afastam os vícios de legalidade insanáveis apontados no Parecer Jurídico, nem demonstram a possibilidade de saneamento que permita o prosseguimento válido do procedimento;

CONSIDERANDO que a anulação constitui medida necessária à preservação da legalidade, da segurança jurídica e do interesse público, não sendo juridicamente adequado manter procedimento licitatório cujo objeto, na forma estabelecida, apresenta incompatibilidade com as normas aplicáveis;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de adoção das providências administrativas cabíveis para a correção das inconsistências identificadas, observadas as competências institucionais, a legislação aplicável e as recomendações constantes dos autos;

DECIDE:

Art. 1º – DA ANULAÇÃO.

Fica **ANULADA** a fase externa da Concorrência Eletrônica Técnica e Preço nº 001/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 3325/2025, em razão da existência de vício de legalidade insanável, nos termos do art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme fundamentos constantes do Parecer Jurídico e dos demais elementos instrutórios do processo.

Art. 2º – DA APRECIAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES PRÉVIAS.

Fica consignado que foi assegurada aos licitantes participantes a oportunidade de manifestação prévia, em cumprimento ao art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo sido recebidas as manifestações apresentadas e consideradas na formação desta decisão.

Parágrafo único. As razões apresentadas pelos interessados deverão permanecer juntadas aos autos, acompanhadas do respectivo registro de análise, com indicação dos argumentos acolhidos ou rejeitados e das razões pelas quais não são suficientes para afastar os vícios que fundamentam a anulação.

Art. 3º – DA INVALIDAÇÃO DOS ATOS SUBSEQUENTES.

Em decorrência da anulação, ficam invalidados os atos subsequentes que dependam dos atos viciados, inclusive os atos de julgamento e classificação das propostas técnica e de preço, na extensão em que comprometidos pelos vícios identificados, observada a necessária delimitação dos efeitos da nulidade nos autos.

Art. 4º – DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS.

Determina-se o retorno dos autos à unidade administrativa competente para que promova as providências necessárias à revisão do planejamento da contratação, com observância do Parecer Jurídico e da legislação aplicável ao RPPS, incluindo, conforme cabível:

I – a revisão do objeto pretendido e de sua compatibilidade com as competências legais do Instituto;

II – a verificação da necessidade de adequação da legislação e dos procedimentos administrativos pertinentes, respeitadas as competências dos órgãos competentes;

III – a reavaliação dos estudos técnicos preliminares, do Termo de Referência e dos demais documentos da fase preparatória; e

IV – a eventual instauração de novo procedimento de contratação, somente após a superação dos impedimentos jurídicos e a conclusão regular do planejamento.

Art. 5º – DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

Determina-se que a unidade competente avalie a necessidade de instauração de procedimento próprio para apuração de eventuais responsabilidades pela ocorrência dos vícios identificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis, nos termos da legislação aplicável.

Art. 6º – DA PUBLICIDADE E DAS COMUNICAÇÕES.

Determina-se a publicação deste Ato pelos meios oficiais pertinentes, bem como a comunicação formal aos licitantes participantes e às unidades administrativas interessadas, para ciência e adoção das providências cabíveis.

Art. 7º – DA EFICÁCIA.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo das providências necessárias à formalização de seus efeitos nos autos e ao cumprimento da legislação aplicável.

Publique-se. Registre-se. Cientifiquem-se os interessados. Cumpra-se.

Osasco, 27 de outubro de 2026.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Instituto de Previdência do Município de Osasco
Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 04 Julho de 1.967
IPMO

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 E DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO Nº 011/2026

Processo Administrativo nº: 1111/2026
Pregão Eletrônico nº: 001/2026
Contrato nº: 011/2026
Contratada: GDAI INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EIRELI

Objeto: Aquisição de solução integrada de infraestrutura de tecnologia da informação, compreendendo Mini Desktops, Estação de Trabalho, Notebook, periféricos de vídeo e licenciamento de software em modalidade definitiva (vitalícia).

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo destinado à análise da regularidade do Pregão Eletrônico **nº 001/2026**, instaurado para a aquisição de solução integrada de infraestrutura de tecnologia da informação para o Instituto de Previdência do Município de Osasco – IPMO, cujo resultado culminou na adjudicação e homologação do objeto em favor da empresa **GDAI INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EIRELI**, bem como na celebração do **Contrato nº 011/2026**.

Após a formalização da contratação, as amostras dos equipamentos apresentados pela empresa vencedora foram submetidas à avaliação da área técnica requisitante, tendo sido reprovadas em razão das inconformidades consignadas no respectivo relatório técnico.

Paralelamente, a reavaliação dos documentos de planejamento da contratação identificou falhas no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência – TR, especialmente quanto à definição das características técnicas dos equipamentos, aos parâmetros de desempenho, à compatibilidade dos componentes, à adequação térmica e aos critérios objetivos de avaliação e aceitação das amostras.

Em razão desses apontamentos, o IPMO instaurou procedimento para avaliar a eventual anulação do certame e a impossibilidade de aproveitamento da classificação dos licitantes remanescentes, mediante notificação dos interessados para apresentação de manifestação prévia, nos termos do art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

As notificações foram encaminhadas aos licitantes, tendo sido recebidas e analisadas as manifestações apresentadas, conforme documentos juntados aos autos, sem prejuízo da consideração do decurso do prazo quanto aos interessados que eventualmente não tenham se manifestado.

Registra-se, ainda, conforme os elementos informados no processo, que não houve recebimento definitivo dos equipamentos nem pagamento de notas fiscais referentes ao objeto contratado, circunstâncias relevantes para a avaliação das consequências práticas da medida.

É o relatório.

II – DA ANÁLISE DOS VÍCIOS IDENTIFICADOS

A Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, do planejamento, da isonomia, da competitividade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da eficiência e da seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

No presente caso, a análise dos documentos de planejamento revelou questões que comprometem a segurança e a suficiência da definição original do objeto, conforme apontado na notificação de manifestação prévia.

No Estudo Técnico Preliminar, foram identificadas insuficiências relativas:

a) à definição objetiva dos limites dimensionais e das características necessárias à identificação do formato ultracompacto dos Mini Desktops;

b) à análise da qualidade e da integração dos componentes dos equipamentos;

c) à fundamentação dos requisitos de dimensionamento elétrico, dissipação térmica e estabilidade operacional;

d) à compatibilidade entre a vida útil estimada, a garantia e o suporte técnico exigidos.

No Termo de Referência, foram identificadas questões relacionadas:

a) à generalidade de determinadas especificações, insuficientes para assegurar a comprovação da integração dos componentes como solução única;

b) à identificação e à rastreabilidade do modelo comercial completo ofertado;

c) à ausência de parâmetro mínimo mensurável de desempenho do processador;

d) à insuficiência dos critérios de compatibilidade e homologação da fonte de alimentação;

e) à ausência de critérios verificáveis para aferição da adequação térmica dos equipamentos;

f) à insuficiência de definição das ferramentas, dos procedimentos e dos resultados mínimos exigidos para os testes de aceitação.

Tais falhas devem ser avaliadas em conjunto com o relatório técnico de reprovação das amostras, a documentação da contratação e os demais elementos constantes dos autos.

A conclusão administrativa é de que, conforme demonstrado nos documentos técnicos que instruem o processo, as deficiências identificadas comprometem a adequada definição do objeto e a segurança dos critérios necessários à aferição de sua conformidade, exigindo a revisão substancial dos documentos de planejamento.

A caracterização dos vícios como insanáveis decorre, portanto, da impossibilidade de corrigir as deficiências identificadas sem modificar substancialmente os requisitos que orientaram a formulação das propostas e a disputa entre os licitantes, conforme deverá estar demonstrado no relatório técnico e na instrução processual.

III – DA IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES

A convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, pressupõe que as condições originais do certame permaneçam aptas a assegurar a seleção de solução que efetivamente atenda às necessidades da Administração.

No caso em análise, a eventual convocação dos demais classificados não se mostra suficiente para solucionar as deficiências identificadas, caso confirmada a necessidade de revisão substancial das especificações do objeto.

Isso porque a manutenção das condições originais da disputa, sem a correção dos parâmetros técnicos que fundamentaram a formulação das propostas, poderá perpetuar as insuficiências existentes e impedir a avaliação objetiva da adequação dos equipamentos à necessidade institucional.

A eventual semelhança entre as propostas remanescentes e a proposta originalmente classificada em primeiro lugar não constitui, isoladamente, fundamento suficiente para afastar a classificação. A impossibilidade de aproveitamento deve decorrer, concretamente, da demonstração de que os vícios do ETP e do TR comprometem a própria definição do objeto, os critérios de aceitação ou a igualdade de condições entre os participantes.

Dessa forma, diante da necessidade de revisão substancial dos documentos de planejamento, conclui-se pela inviabilidade de aproveitamento da classificação remanescente neste procedimento, uma vez que a convocação dos demais licitantes não sanaria os vícios identificados.

IV – DA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES PRÉVIAS

Em observância ao art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi assegurada aos licitantes a oportunidade de manifestação prévia acerca da eventual anulação do certame e do não aproveitamento da classificação remanescente.

Somente, a empresa **GDAI INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EIRELI** apresentou manifestação, a qual foi favorável aos argumentos técnicos e jurídicos relacionados à regularidade do planejamento, à possibilidade de saneamento dos vícios, ao aproveitamento das propostas classificadas e às consequências da eventual anulação.

A presente decisão, portanto, não se baseia exclusivamente na reprovação das amostras da empresa vencedora, mas no conjunto de irregularidades identificadas nos documentos de planejamento e na demonstração de seus efeitos sobre a regularidade do procedimento licitatório.

V – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A ANULAÇÃO

O art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a autoridade competente deverá anular a licitação quando constatada ilegalidade insanável, mediante fundamentação expressa, com indicação dos atos viciados e dos atos subsequentes que deles dependam.

O § 1º do mesmo artigo determina que, ao pronunciar a nulidade, a autoridade indique expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os atos subsequentes

que deles dependam, e dê ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

No presente caso, os vícios identificados estão relacionados à fase de planejamento, especialmente à elaboração do ETP e do TR, documentos que fundamentaram a definição do objeto, a formulação das propostas, a avaliação técnica e a contratação.

Reconhecida a natureza insanável das irregularidades, a anulação deverá alcançar os atos diretamente comprometidos e os subsequentes que deles dependam, incluindo a adjudicação, a homologação e os atos de contratação, na extensão em que sejam juridicamente afetados pelos vícios identificados.

A medida não decorre de mera conveniência administrativa, mas da necessidade de restabelecer a legalidade e assegurar que eventual nova contratação seja precedida de planejamento adequado e especificações técnicas objetivas, suficientes e compatíveis com as necessidades institucionais.

VI – DA NULIDADE DO CONTRATO Nº 011/2026 E DAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS

A declaração de nulidade do contrato administrativo deve observar os arts. 147, 148 e 149 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nos termos do art. 147, a decisão deve ser precedida da avaliação do interesse público e das consequências práticas da suspensão da execução ou da declaração de nulidade, considerando, entre outros aspectos, os impactos econômicos e financeiros, os riscos sociais e ambientais, os custos de deterioração das parcelas executadas, as despesas necessárias à preservação do interesse público e as medidas efetivamente adotadas para a regularização.

No caso concreto, a permanência de contratação fundada em especificações tecnicamente insuficientes, associada à reprovação das amostras, pode comprometer a obtenção do resultado pretendido pelo IPMO e a adequada satisfação da necessidade administrativa.

Por outro lado, conforme informações constantes dos autos, não houve recebimento definitivo dos equipamentos nem pagamento de notas fiscais, circunstâncias que deverão ser consideradas na avaliação das consequências econômicas e administrativas da nulidade.

A ausência de pagamento, entretanto, não afasta automaticamente a necessidade de apurar eventual execução parcial, despesas comprovadas, bens eventualmente entregues, obrigações pendentes ou outros direitos legalmente assegurados à contratada.

Diante desse cenário, considerando os vícios identificados, a inviabilidade de aproveitamento da classificação remanescente e a necessidade de reformulação do planejamento, conclui-se pela necessidade de declarar a nulidade do Contrato nº 011/2026, desde que observados os pressupostos legais e demonstrada a relação entre os vícios insanáveis e a invalidade do ajuste.

Os efeitos da declaração de nulidade deverão ser definidos expressamente, observando-se o art. 148 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à eficácia da medida, e o art. 149, quanto a eventuais consequências indenizatórias legalmente cabíveis.

VII – DA DECISÃO

Diante do exposto, considerando os documentos técnicos e administrativos constantes do Processo Administrativo nº 1111/2026, o relatório de avaliação das amostras, os vícios identificados no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, a análise das manifestações prévias dos licitantes e a avaliação das consequências práticas da medida, **DECIDO**:

I – ACOLHER a fundamentação técnica e administrativa constante dos autos, reconhecendo a existência de vícios insanáveis no planejamento da contratação, nos termos expressamente demonstrados nesta decisão e nos documentos que a instruem;

II – ANULAR o Pregão Eletrônico nº 001/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 1111/2026, com fundamento no art. 71, inciso III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão das ilegalidades insanáveis identificadas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência;

III – DETERMINAR que a anulação alcance os atos diretamente comprometidos pelos vícios identificados e os atos subsequentes que deles dependam, incluindo a adjudicação e a homologação, na extensão de sua dependência e comprometimento jurídico;

IV – DECLARAR A NULIDADE do Contrato nº 011/2026, celebrado com a empresa GDAI INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EIRELI, com fundamento nos arts. 147 e 148 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da relação entre os vícios insanáveis identificados no procedimento licitatório e a validade da contratação, observadas as condições legais de eficácia e as consequências previstas em lei;

V – NÃO APROVEITAR a classificação dos licitantes remanescentes, diante da impossibilidade de solucionar os vícios identificados mediante simples convocação dos classificados, conforme fundamentação técnica e administrativa constante dos autos;

VI – DETERMINAR ao Departamento de Compras e Licitações, em conjunto com a área técnica requisitante, que promova a revisão do ETP e do TR, aperfeiçoando as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho, os requisitos de compatibilidade e integração dos componentes e os procedimentos objetivos de avaliação e aceitação;

VII – DETERMINAR ao setor responsável pela gestão e fiscalização contratual que registre formalmente a situação da execução do Contrato nº 011/2026, verificando a existência de bens eventualmente entregues, a ausência ou ocorrência de recebimento, notas fiscais, pagamentos, despesas comprovadas e obrigações pendentes, com a adoção das providências legalmente cabíveis;

VIII – DETERMINAR a apuração de eventuais responsabilidades, caso presentes elementos que indiquem conduta passível de responsabilização, assegurados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

IX – DETERMINAR que eventual nova licitação seja precedida da revisão dos documentos de planejamento, da validação técnica das especificações e da adoção das providências administrativas e orçamentárias pertinentes;

X – DETERMINAR a comunicação formal desta decisão à contratada e aos demais interessados, bem como sua publicação e divulgação pelos meios oficiais aplicáveis, com a juntada dos respectivos comprovantes aos autos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Osasco, 27 de outubro de 2026.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO

Câmara Municipal de Osasco
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70/2026

(PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32/2026)
(JOSIAS DA JUCO)

Dispõe sobre a concessão de Placa Comemorativa à Transportadora RB.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE OSASCO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, nos termos do art. 17, inciso VI, do Regimento Interno, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

A CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO DECRETA E PROMULGA:

Art. 1º Fica concedida Placa Comemorativa à Transportadora RB, em reconhecimento à sua relevante trajetória empresarial, pelos mais de 50 (cinquenta) anos de dedicação ao setor logístico e pelo exemplo de empreendedorismo, ética, inovação e excelência na prestação de serviços.

Art. 2º A honraria de que trata o artigo 1º será entregue em Sessão Solene, especialmente convocada para este fim, em data a ser definida.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo correrão por conta de dotação própria constante no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Osasco, 15 de outubro de 2026.

CARMÔNIO GONÇALVES BASTOS
Presidente

Registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Osasco e publicado na Imprensa Oficial do Município de Osasco, dentro do prazo legal. Secretaria da Câmara Municipal de Osasco, 16 de outubro de 2026, 65º da Emancipação.

Câmara Municipal de Osasco
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71/2026

(PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36/2026)
(GUILHERME PRADO)

Dispõe sobre a concessão de Cartão de Prata ao Sr. Odair Zago.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE OSASCO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, nos termos do art. 17, inciso VI, do Regimento Interno, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

A CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO DECRETA E PROMULGA:

Art. 1º Fica concedido Cartão de Prata ao Sr. Odair Zago.

Art. 2º A honraria deve ser entregue em sessão solene convocada especialmente para esse fim.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto Legislativo devem correr por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Osasco, 15 de outubro de 2026.

CARMÔNIO GONÇALVES BASTOS
Presidente

Registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Osasco e publicado na Imprensa Oficial do Município de Osasco, dentro do prazo legal. Secretaria da Câmara Municipal de Osasco, 16 de outubro de 2026, 65º da Emancipação.

Câmara Municipal de Osasco
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 72/2026

(PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34/2026)
(ELSA OLIVEIRA)

Dispõe sobre a concessão de Placa Comemorativa ao Colégio Anglo Leonardo da Vinci, em celebração aos seus 50 anos de fundação.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE OSASCO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, nos termos do art. 17, inciso VI, do Regimento Interno, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

A CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO DECRETA E PROMULGA:

Art. 1º Fica concedida Placa Comemorativa ao Colégio Anglo Leonardo da Vinci, em homenagem à celebração de seus 50 anos de fundação e em reconhecimento à sua relevante contribuição educacional, pedagógica e social ao Município de Osasco.

Art. 2º A honraria será entregue em sessão solene especialmente convocada para esse fim.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo correrão por conta de dotação própria constante do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Osasco, 20 de outubro de 2026.

CARMÔNIO GONÇALVES BASTOS
Presidente

Registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Osasco e publicado na Imprensa Oficial do Município de Osasco, dentro do prazo legal. Secretaria da Câmara Municipal de Osasco, 21 de outubro de 2026, 65º da Emancipação.

Câmara Municipal de Osasco
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 73/2026

(PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44/2026)
(COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS)

Dispõe sobre aprovação das contas da Prefeitura do Município de Osasco referentes ao Exercício 2024.

O PRESIDENTE da Câmara de Vereadores do Município de Osasco, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, nos termos do art. 17, inciso VI, do Regimento Interno, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

A CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO DECRETA E PROMULGA:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura do Município de Osasco referentes ao Exercício 2024, nos termos do inc. VII do art. 28 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Osasco, 22 de outubro de 2026.

CARMÔNIO GONÇALVES BASTOS
Presidente

Registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Osasco e publicado na Imprensa Oficial do Município de Osasco, dentro do prazo legal. Secretaria da Câmara Municipal de Osasco, 23 de outubro de 2026, 65º da Emancipação.